

como a falta de conhecimento em relação à guarda responsável e à criação *indoor*. O grande número de animais abandonados e disponíveis para adoção resulta até mesmo pela rejeição por cores de pelagem e idade. A disseminação da CED como alternativa no cuidado desses felinos de vida livre e a conscientização da castração em massa como estratégia contra o abandono é essencial para que pessoas sensíveis à causa animal, médicos-veterinários, estudantes e outras esferas da sociedade compreendam melhor os gatos de colônia e gatos semidomiciliados, se sensibilizem com a condição de vida que lhes foi imposta e possam se sentir confiantes em iniciar ações destinadas a ajudá-los.

O simpósio tem como objetivo educar as pessoas sobre a CED como alternativa para controle populacional e bem-estar de colônias felinas, apresentando um breve histórico da prática, métodos para sua implementação e desenvolvimento, manejo de gatos ferais e ariscos, assim como os principais benefícios para esses animais e exemplos de sucesso em outros países e no Brasil.

### 77 SUCESSOS E LIMITAÇÕES DO PROGRAMA CÃO COMUNITÁRIO NO MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO, ESTADO DO PARANÁ, BRASIL

SPREA, G.<sup>1</sup>; ERSCHING, L. H.<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Médica-veterinária da Vigilância Ambiental, da Prefeitura Municipal de Campo Largo/PR. E-mail: gisprea@gmail.com

<sup>2</sup> Professora do Departamento de Medicina Veterinária da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UniCentro).

Em alguns municípios do Brasil a manutenção de cães comunitários tem sido implementada como estratégia de manejo populacional. A parceria do poder público com as pessoas da comunidade, nas quais esses cães mantêm laços de dependência, busca reduzir a reprodução e o fluxo de animais nas ruas e promover a melhoria da qualidade de vida desses cães, ou mesmo de aumentar as chances de serem adotados. O trabalho descreve os sucessos e limitações das ações voltadas a cães comunitários realizadas no município de Campo Largo, no Estado do Paraná, Brasil. A partir do mês de fevereiro de 2010 os cães comunitários passaram a ser cadastrados pela prefeitura do município como uma das ações do projeto “Cuide de seu animal”, executado pela Vigilância em Saúde Ambiental. A padronização do cadastro ocorre primeiramente com a identificação do cão na rua que tem acesso a recursos básicos e vínculos afetivos com pessoas da comunidade. Posteriormente, definidos um ou mais mantenedores, é aplicado um questionário para verificar os critérios envolvidos na relação do cão com a comunidade, o que auxilia a oficialização do cadastro. Quando o cadastro é realizado, é efetuada a avaliação dos indicadores de bem-estar e a orientação para a implantação de condutas destinadas à melhoria dos aspectos mais comprometidos e ainda são repassadas instruções ao cuidador referentes a suas atribuições e as que são da alçada da prefeitura. O cuidador passa a ser o responsável por fornecer água, alimento, abrigo, carinho, recolher os dejetos e comunicar à prefeitura quaisquer eventos relevantes relacionados ao cão. O poder público passa a ser o responsável pela desverminação, vacinação contra raiva e doenças espécie-específicas, microchipagem, esterilização e cuidados veterinários. Os sucessos alcançados com o programa foram a conclusão de que o grau de bem-estar dos animais situava-se majoritariamente entre os valores médio a alto, e que o programa permitiu o fortalecimento dos vínculos estabelecidos entre humanos e cães resultando na adoção de alguns animais, na conscientização da sociedade perante a importância das ações voltadas a esses cães e de sua multiplicação espontânea entre os municípios. As principais limitações constatadas foram: ausência de previsão em legislação específica e, conseqüentemente, questionamentos existentes nos últimos anos quanto às atribuições da Secretaria de Saúde no manejo de

populações de animais e o impacto disso especialmente na obtenção de recursos financeiros e humanos para manutenção do programa. Por esse motivo, as dificuldades logísticas e de infraestrutura para o atendimento de urgências médicas, que já eram existentes desde o início das ações, são os maiores desafios da atualidade. Espera-se que a relevância do programa à Saúde Pública seja compreendida e que os órgãos competentes definam processos e recursos específicos para sua consolidação como Política Pública. Espera-se também que o programa seja aceito e reconhecido mundialmente, como uma ação a ser adotada em todos os municípios do Brasil e nos países que possuem problemas de manejo populacional de cães em áreas urbanas.

### 78 PRINCIPAIS INDICADORES PARA AVALIAÇÃO DE IMPACTO DE UM PROGRAMA DE MANEJO DE POPULAÇÕES DE CÃES DE COMUNIDADE

ALMEIDA, J. T.<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Médica-veterinária e Mestranda em Ciências Veterinárias na Universidade Federal do Paraná (UFPR), vinculada ao Laboratório de Bem-Estar Animal (Labea). E-mail: juli\_tozzi@hotmail.com.

O controle apropriado da população canina é de responsabilidade do governo nos âmbitos local e federal e também da sociedade. Organizações não governamentais representam a sociedade civil organizada e têm importante papel para conduzir e apoiar estratégias governamentais, de forma assistencial e sinérgica de modo a contribuir para o programa. Quando o controle populacional de cães é analisado, é essencial que ele seja alcançado com o emprego de práticas humanitárias, que levem a uma melhoria do bem-estar da população de cães como um todo e também da comunidade. Condições, composição e tamanho das populações de cães podem variar significativamente entre países e dentro de um mesmo país, portanto, não existe uma única intervenção viável para todas as situações. O único conceito que é considerado universal é o da necessidade de um programa abrangente, focado nas causas e não apenas no tratamento das conseqüências da presença de cães nas ruas e que possa ser controlado, monitorado com a avaliação permanente da viabilidade dos métodos implantados. Componentes básicos para compor um programa de manejo de populações de cães devem estar associados aos indicadores de educação, legislação, identificação e registro animal, castração (controle reprodutivo), atendimento clínico, centros de realocação, vacinação, eutanásia e recolhimento seletivo (animais em sofrimento, agressivos, zoonoses). Contudo, para a implantação de um programa voltado a cães de comunidade é necessário que esses indicadores sejam adaptados quanto à estratégia adicional no manejo populacional. A realização de trabalhos sobre a forma de dinâmica em grupo permite a discussão dos critérios a serem adotados na seleção dos cães de rua para que sejam considerados como cães comunitários e dos critérios para que o mantenedor seja considerado apto ou não; soluções e/ou pareceres sobre agressividade em função territorial; participação social, ou seja, formas para envolver e educar a comunidade. A conclusão é que apenas o esforço coletivo e sinérgico dos vários segmentos que compõem a sociedade envolvidos na problemática é que permitirá a obtenção de respostas para os anseios da população, pois as causas e conseqüências da alta densidade de animais nas ruas envolve uma responsabilidade compartilhada entre os órgãos públicos e a sociedade como um todo.